

EFEITO RENDA NA COLETA SELETIVA: TRABALHO COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO.**Mirtes Ribeiro Junior¹, Isabel Cristina dos Santos², Nelson Wellausen Dias³**

Universidade de Taubaté – UNITAU
Programa de Pós-graduação Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional
Departamento de Economia, Contabilidade e Administração
R. Expedicionário Ernesto Pereira, 225, Centro, Taubaté-SP
¹ lorena.mirtes@uol.com.br; ² isa.santos.sjc@gmail.com; ³ nelson.dias@unitau.br

Resumo- O objetivo desta pesquisa é debater o trabalho cooperativo, com ênfase na reciclagem de materiais, e sua contribuição ao Desenvolvimento Econômico Regional, configurando-se como alternativa à geração de renda nas classes D e E. Para tanto, conduziu-se uma revisão de literatura, com dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica e analisada de forma documental. Uma das deficiências identificadas no planejamento urbano, e que compromete significativamente o desenvolvimento regional, é a escassez do emprego e, conseqüentemente, o colapso em demandas sócio-ambientais. A relação entre empregabilidade e proteção ambiental sugere a intensificação da busca de alternativas de geração de renda, por meio de cooperativas de trabalho, neste caso, com ênfase na reciclagem de materiais por coleta seletiva, identificando-se a necessidade do fortalecimento e ampliação dessa cultura, das iniciativas público/privadas de ações sócio-ambientais.

Palavras-chave: Cooperativismo Desenvolvimento Regional. Responsabilidade Sócio-Ambiental. Economia Solidária.

Área do Conhecimento: VI- CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**Introdução**

É fato que o planejamento urbano vem ao longo dos últimos anos, recebendo as mais severas críticas, em função do desequilíbrio social causado pelas deficiências, e ausências, de propósitos fundamentais à garantia dos direitos constitucionais. É importante definir indicadores reconhecidamente eficazes para o apontamento destas deficiências.

Esta pesquisa está apoiada nos dados coletados junto à Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, do Estado de São Paulo), em um de seus indicadores, o censo demográfico, permitindo identificar a evolução e a formação dos municípios.

Na região do Vale do Paraíba Paulista, que compreende os municípios de Jacareí à Queluz, observa-se o crescimento da população urbana, em ordem de grandeza inversamente proporcional à redução da população rural. Esta complicada relação será objeto desta pesquisa cuja finalidade é identificar o impacto do movimento migratório na relação de emprego e renda.

Alguns autores consideram o Desenvolvimento como uma mudança caracterizada pela melhora de uma condição, segundo (Souza, p.61) “um ‘desenvolvimento’ que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo, e, portanto não pode ser chamado como tal.” Cabe reforçar o conceito de que Desenvolvimento nem sempre esta acompanhando da variável ‘progresso econômico’.

Para que seja obtida uma melhor qualidade de vida são necessários níveis de alcance mais elevados e um conjunto de indicadores socioeconômicos deverão ser alcançados.

Planejamento Urbano Regional

O Vale do Paraíba Paulista tem apresentado uma evolução consistente nos últimos vinte anos, de acordo com dados da Fundação SEADE (2005) especialmente, se considerado o Produto Interno Bruto gerado em dez dos seus maiores municípios, nos quais, observou-se o maior crescimento entre 1003,39%, em São Sebastião, e o menor foi de -54,45%, em Aparecida, contra a média do estado de 42,08%.

Tabela 1. Aumento da População 1980 - 2005.

	Municípios	habitantes	variação
1	S. José Campos	592.932	107,62%
2	Taubaté	264.031	56,49%
3	Jacareí	206.014	78,99%
4	Pindamonhangaba	139.800	102,18%
5	Guaratinguetá	111.084	31,26%
6	Caçapava	81.370	59,11%
7	Campos do Jordão	48.478	86,71%
8	Cruzeiro	76.230	31,79%
9	Lorena	81.843	43,21%
10	Aparecida	36.318	24,06%

Fonte: Fundação SEADE (2005)

Esse crescimento reflete o intenso movimento migratório, justificado pela oferta de emprego na indústria e no setor de serviços, cuja variação é apresentada na Tabela 1.

O crescimento apresentado na Tabela 1 fundamenta a importância do Planejamento Urbano Regional, do qual devem derivar o dimensionamento das ações de atendimento do serviço social básico, como: Educação, Saúde, Transporte, Habitação e Meio Ambiente, como destaca Souza (2006).

A forma mais utilizada atualmente para se comparar a capacidade do governo local em proporcionar melhorias efetivas nas ações implantadas é por meio do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que estabelece uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e outros fatores.

É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (PNUD, 1990), e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

De acordo com informações do PNUD (2007), O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil aumentou em relação ao ano passado e permitiu que o país entrasse pela primeira vez no grupo dos países de Alto Desenvolvimento Humano, o Brasil ocupa a 70ª posição com o índice geral de IDH avaliado em 0.800. O país melhor posicionado é a Islândia com o índice de 0,968; sendo que o índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total). Os países são classificados em três categorias como segue:

- Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado **baixo**.
- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado **médio**.
- Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 1, é considerado **alto**.

Apesar da classificação favorável do país, é fundamental considerar a amplitude do universo avaliado. Na região pesquisada, observou-se o fenômeno descrito por Amartya Sen (Sen, 2000, p.29) como a 'privação da liberdade', caracterizada pelo pouco ou nenhum acesso que muitas pessoas têm aos serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada.

A conseqüência da falta, ou mesmo, a baixa qualidade serviços públicos básicos, seria motivo bastante para induzir o movimento migratório, especialmente das áreas rurais para as áreas urbanas, como nas áreas de colonização da Amazônia (BRONDIZIO, 2008) das regiões mais

pobres às regiões mais desenvolvidas, as quais, no entanto, não apresentam estrutura suficiente para o atendimento desta demanda extraordinária.

As privações mencionadas restringem o convívio social e dificultam as ações de políticas públicas, uma vez que estas políticas muitas vezes expansionistas não conseguem prever o impacto do aumento populacional, dado por este movimento migratório, em função das deficiências do processo de planejamento de políticas públicas. E, por conseqüência, acabam recrudescendo os níveis de desemprego e de aumento da violência, por exemplo.

Sen (2000, p. 34) aponta ainda que, "o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas."

Políticas Públicas e os Atores Sociais

O papel que uma sociedade deve exercer na gestão de suas políticas públicas é de fundamental relevância.

As sociedades não são massas homogêneas e indiferenciadas. A divisão social estabelecida em classes, nas sociedades capitalistas, apresentam relações em parte, contraditórias, um exemplo desta contradição, é a adesão à elaboração das políticas participativas, onde a efetiva contribuição dos atores sociais são normalmente das classes menos privilegiadas (classes D e E). As classes com maior condição sócio-econômica limitam sua participação, mesmo sendo o grupo social mais esclarecido.

O conflito de necessidades gera uma demanda política de representatividade, fomentada por meio da participação dos atores sociais, cuja participação pode ser avaliada segundo a escala de até oito níveis apresentada por Souza (2006: p207), variando de coerção à autogestão.

As ferramentas de gestão municipal das mais participativas têm sido a discussão do Plano Diretor e do Orçamento dos Municípios, nas quais são idealizados os parâmetros da reforma urbana, numa tentativa de corrigir os impactos causados pelas deficiências dos planejamentos anteriores.

Com base nas emendas populares, iniciadas na década de 1980 pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU; o artigo 182 da Constituição Federal, de 1988, prevê que "a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes"; fortalecendo a participação dos atores sociais na apresentação objetiva de demandas da sociedade.

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt, Cor da fonte:
Automática

Responsabilidade e Educação Sócio-Ambiental

O aumento do PIB dos municípios abordados neste artigo por definição, deve-se à ampliação das atividades econômicas industriais na região. O que torna imprescindível avaliar os impactos ambientais decorrentes deste crescimento os quais, muitas vezes, não planejados ou mesmo, minimamente ordenados.

O planejamento físico-territorial consiste na concepção do planejamento como a atividade de elaboração de planos de ordenamento espacial para a 'cidade ideal', que passa a ser um dos critérios adotados nos novos planos.

A Responsabilidade e a Educação Sócio-Ambiental é tema de alta relevância, uma vez que seu exercício influencia diretamente a competitividade e o papel social das empresas.

Alguns municípios têm obtido excelentes resultados com as políticas de Gestão Sócio-Ambientais, nas quais os incentivos às ações preservacionistas são bastante efetivos

O Quadro 3 apresenta a implantação da coleta seletiva de lixo na Região pesquisada.

Quadro 3. Municípios com coleta seletiva de lixo

Ano de Início	Município
1990	São José dos Campos
1998	Pindamonhangaba
1999	Lorena
1999	Potim
2000	Guaratinguetá
2000	Taubaté
2001	Monteiro Lobato
2001	São Bento do Sapucaí
2002	Cruzeiro
2002	Queluz

Fonte: SEADE (2008)

Com base no bom desempenho da economia nacional, representado pelo dada estabilidade da moeda, reflete diretamente no aumento do consumo de diversos itens. Por conseqüência, a produção de lixo aumenta na mesma proporção, o que exige ações pragmáticas efetivas quanto à coleta e seleção do lixo.

Apesar da adesão, poucos dos municípios possuem um sistema eficaz para a coleta especializada.

Outras cidades da região, a exemplo de Pindamonhangaba, capital nacional da reciclagem de alumínio, e de Guaratinguetá, que conta com uma cooperativa formalmente estabelecida e que é referência em desempenho e organização, poderiam adotar cooperativas de trabalho para atender a necessidades de geração de empregos e ocupação, expressas pelo potencial de

organização e resultados, tais como: o projeto que fez nascer a cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá foi agraciado em 2002 com o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, que é uma parceria entre o BNDES, Fundação Ford e Fundação Getúlio Vargas e que tem como objetivo destacar programas, projetos e atividades da administração pública – tanto municipal quanto estadual – e da organização dos povos indígenas que representam práticas inovadoras para resolução de problemas sociais e necessidades comunitárias, visando à melhoria de vida da população. (MONTEIRO, 2005).

O Quadro 4 apresenta as despesas com a Gestão Ambiental.

Quadro 4. Despesa municipal em Gestão Ambiental

Município	Despesas com Gestão Ambiental
Jacareí	9.236.657
Campos do Jordão	453.074
São José dos Campos	378.823
Cachoeira Paulista	95.381
Pindamonhangaba	56.583
São Luís do Paraitinga	20.537
São José do Barreiro	19.605
Monteiro Lobato	8.031
Cunha	3.358
Santo Antonio do Pinhal	911

Fonte: SEADE (2007)

Os dados disponibilizados pelo SEADE (2007), evidenciam uma disparidade entre os gastos com a gestão ambiental na região. Contudo, diferentes considerações na Contabilidade Pública podem fundamentar as diferenças, não sendo objeto deste estudo.

Empreendedorismo e Solidariedade

O Vale do Paraíba Paulista apresenta uma característica favorável ao empreendedorismo, uma vez que abriga uma grande quantidade de IES - Instituições de Ensino Superior, as quais, dada a necessidade do pleno atendimento às exigências do MEC – Ministério da Educação e Cultura, tem como missão, promover atividades de responsabilidade social, por meio de ações de extensão universitária, atividade esta, onde o aluno deve colocar em prática as competências relacionadas a área de formação, supervisionada por um profissional competente.

A participação das IES, na orientação de gestão de pequenos negócios, no caso cooperativas, na profissionalização mínima da população. Inclusive nos projetos de Educação de

Excluído:

Excluído:

Jovens e Adultos (EJA), que contribui significativamente com os indicadores ligados à qualidade de vida.

Metodologia

A abordagem metodológica foi de natureza qualitativo-exploratória, uma vez que visou ampliar a compreensão dos fenômenos tratados na pesquisa bibliográfica e documental.

A análise dos dados teve caráter descritivo, pois limitou-se a avaliar os resultados e achados documentais, sem interferir nesses achados.

Resultados

Do total de 39 municípios compreendidos na região do Vale do Paraíba Paulista, somente dez, ou 25,6%, adotaram sistema de coleta seletiva de lixo. Porém, em apenas duas cidades esse processo desdobrou-se em melhoria nos índices de emprego e ocupação de mão-de-obra, gerando renda para parte da população das classes mais pobres por meio da formalização das cooperativas e inclusão social dos catadores.

Os efeitos percebidos, ao longo do tempo, refletem um benefício social e econômico para as cidades do entorno, uma vez que, provavelmente, a renda retornou ao consumo de bens e serviços nas cidades próximas.

Observou-se um considerável nível de complexidade na apuração de dados quantitativos acerca do contingente beneficiado com a coleta seletiva de lixo, pois, essa atividade congrega um grande número de trabalhadores informais. Mesmo a organização coletora nem sempre se define como uma entidade formal de triagem do lixo, como é o caso dos antigos “ferros-velhos”.

Com o objetivo de apurar os dados quantitativos, a pesquisa de campo será expandida nas fases seguintes dessa pesquisa.

Discussão

Há consenso entre os autores, quanto a relevância da reciclagem do lixo para as populações menos atendidas como um setor de trabalho alternativo, gerando renda rápida e de baixo custo. (SEN, 2000).

Contudo, observou-se a ausência de um elemento de gestão de políticas públicas, suficientemente estruturado para incorporar essa forma de trabalho como um gerador de renda, apoiado e estimulado pela esfera pública.

Não se estranha, portanto, que em apenas dois municípios da região, que aderiram ao programa, tenham auferido resultados celebráveis no que diz respeito à geração de emprego e renda.

Sinais de mudança foram verificados, quando da inserção da obrigatoriedade da coleta seletiva

de lixo, promovida pelas instituições públicas, como é o caso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e indústrias de grande porte da região, e suas práticas de descarte de lixo e materiais recicláveis.

Conclusão

O impacto social causado pela escassez do emprego que assola não somente a região, mas, o país de um modo geral, ainda é relevante para a classe social pesquisada.

A relação entre empregabilidade e proteção ambiental sugere a intensificação da busca de alternativas de geração de renda, por meio de cooperativas de trabalho, neste caso, com ênfase na reciclagem de materiais.

A Coleta Seletiva é uma da ação política sócio-ambiental eficaz. No entanto, a adesão, na região analisada, é pequena.

Aliando as duas frentes, Educação e Meio Ambiente, as cooperativas de trabalho, podem surgir como solução para o controle do impacto sócio ambiental, decorrentes das falhas de planejamento.

Identificou-se a necessidade do fortalecimento da cultura da coleta seletiva, assim como da ampliação das iniciativas público/privadas de ações sócio-ambientais.

Referências

- SOUZA, Marcelo L. Mudar a Cidade. 4º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FUNDAÇÃO SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2008.
www.seade.gov.br - acesso em junho de 2008.

- SEN, Amartya K. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura T. Motta; revisão técnica Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- DINIZ, Clélio C., CROCCO, Marco (Org). Economia regional e urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2007.
www.pnud.com.br. - acesso em junho de 2008.

MONTEIRO, Arlete Cândido, COOPERATIVISMO DE TRABALHO: alternativa de geração de trabalho e renda, Taubaté 2005. Dissertação (Mestrado) – UNITAU.

BRONDIZIO, E.S. 2008, The Amazônia caboclo and Açai Palm. Ed. The New York Botanical Press.

Formatado: Cor da fonte: Automática

Excluído: ESTA FALTANDO FAZER

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0 cm

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0 cm

Excluído: ESTA FALTANDO FAZER

Excluído: ESTA FALTANDO FAZER ¶

¶ Submeta seu artigo respeitando a data limite para tal, que será rigorosamente respeitada. ¶

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0 cm

Excluído: ESTA FALTANDO FAZER

Formatado: Cor da fonte: Automática, Realce